

## Seminário capacita para justiça restaurativa

03/12/2015 15:48

Prática valoriza o diálogo para solução de problemas



Magistrados e servidores durante dinâmica



Cinco grupos foram desenvolvidos para dinâmicas

Sensibilizar a sociedade para um novo conceito de justiça foi o objetivo do seminário “A Paz Pede a Palavra”, que proporcionou a 120 pessoas a vivência das práticas de justiça restaurativa realizadas no Pará. A ação ocorreu nesta quinta-feira, 3, no Fórum Cível de Belém. A Justiça Restaurativa faz parte da meta 8 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina aos tribunais estaduais a implementação do projeto em pelo menos uma unidade, até 31 de dezembro de 2016. No Pará, já existem quatro núcleos de Justiça Restaurativa.

O Judiciário do Pará já capacitou, por meio da Coordenadoria de Infância e Juventude (Ceij), mais de 120 pessoas nas práticas de justiça restaurativa. Atualmente, a metodologia é aplicada nas Varas da Infância e Juventude das Comarcas de Santarém, Belém, Paragominas e Abaetetuba.

De acordo com a analista judiciária da Ceij, France Cruz, a prática é usada nos tribunais como complemento aos processos em andamento. “As pessoas envolvidas no conflito têm o poder da solução dos problemas por meio do diálogo, porque a justiça restaurativa vai na causa do problema, com interesse nas relações que foram quebradas pelos conflitos, além de diminuir os prejuízos causados pelo ofensor”, explicou France

Segundo a servidora, a justiça restaurativa não é restrita aos Tribunais. Também pode ser aplicada em escolas como meio de prevenir conflitos, nas famílias, nos centros socioeducativos, trabalhando a auto-responsabilização dos adolescentes. Durante as atividades, os participantes foram divididos em cinco grupos para que vivenciassem as práticas da Justiça Restaurativa. Em seguida, reuniram-se no auditório para falar sobre as experiências vividas no grupo e discutir sobre as teorias que norteiam o assunto.

O titular da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, juiz Otávio dos Santos Albuquerque, participou do seminário vivencial e informou que, esta semana, iniciou um projeto piloto de aplicação da Justiça Restaurativa naquela unidade judiciária. O magistrado decidiu adotar a prática porque acredita que a justiça retributiva não resolve o problema mesmo com a aplicação da pena. “Na Justiça Restaurativa, o ofensor será responsabilizado e terá que assumir o erro e dizer o que deve fazer para amenizar ou resolver o problema”, ressaltou o juiz.

“Em um caso de ameaça, por exemplo, a vítima vai falar dos transtornos que o ex-companheiro está causando na vida dela, e ele também vai falar o que poderá fazer para resolver o problema. A vítima precisa desabafar, e quando ela faz isso se sente muito melhor”, exemplificou. De acordo com o magistrado, de janeiro a novembro deste ano, foram distribuídos 1.532 processos para a 3ª Vara de Violência Doméstica da Capital e deferidas cerca de 700 medidas protetivas. Os principais crimes foram ameaça e lesão corporal leve.

Juizados Especiais – A coordenadora dos Juizados Especiais, desembargadora Vânia Fortes Bitar, também participou do seminário para conhecer as práticas já realizadas e afirmou ter planos para implantar a justiça restaurativa nos Juizados Especiais Criminais. “Já temos um projeto. No primeiro momento, a ideia é trabalhar com os usuários de droga, mas podemos ampliar. Estamos verificando a melhor forma de trabalhar”, disse a coordenadora.

O Seminário foi promovido pelo Grupo Interstitucional de Estudos sobre Justiça Restaurativa formado por representantes do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Ministério Público, Defensoria Pública, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), Fundação Papa João XXIII (Funpapa) e Universidade da Amazônia (Unama).

Fonte: Coordenadoria de Imprensa

Texto: Nara Pessoa

Foto: Érika Nunes